Carta da Associação Grêmista dos Estudantes Secundaristas do IFRO em Defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade

Ao:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Sr. Camilo Sobreira de Santana

"Quando a gente fala em investimento em educação, é porque uma profissão dá ao homem e a uma mulher um status de cidadania que, sem educação, a gente não conquista" - Luiz Inácio Lula da Silva, 2024

7 de Agosto de 2025

A Associação Grêmista dos Estudantes Secundaristas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), em uso de suas atribuições enquanto representante dos discentes do IFRO, vem, por meio desta carta, expressar a realidade vivenciada pelos estudantes quanto à infraestrutura, alimentação, financiamento e recursos humanos, e requerer melhorias para que os Institutos Federais realmente se tornem uma Instituição acessível e de qualidade, como é conhecida.

Com base em princípios constitucionais que asseguram o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, esta carta manifesta a voz da juventude amazônica que, diariamente, enfrenta desafios relacionados às deficiências na infraestrutura, à alimentação escolar insuficiente, à carência de recursos humanos e à limitação de verbas essenciais para a manutenção do ensino técnico e tecnológico.

Ressaltamos, ainda, a preocupante dependência que os Institutos Federais vêm desenvolvendo em relação ao apoio de emendas parlamentares para suprir necessidades básicas de funcionamento. O que deveria ser garantido por um orçamento público estável e estruturado, como manutenção predial, aquisição de equipamentos, segurança, alimentação e transporte escolar, tem sido viabilizado, em grande parte, por meio de articulações políticas e iniciativas pontuais de parlamentares. Embora reconheçamos a relevância e o empenho dessas ações, elas não substituem a responsabilidade do Estado em assegurar, de forma contínua e equitativa, os recursos necessários para o pleno funcionamento das instituições federais de ensino. A educação não pode depender da sorte política, mas sim de um compromisso estrutural e permanente com o seu financiamento.

Diante disso, buscamos não apenas denunciar as dificuldades, mas também reafirmar nosso compromisso com a construção de uma escola pública que seja verdadeiramente transformadora, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento regional e nacional.

1. Alimentação Estudantil

A alimentação estudantil é um dos pilares fundamentais para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes nos Institutos Federais. A realidade de muitos alunos, especialmente na região Norte do país, é marcada pela insegurança alimentar. Segundo dados do governo federal, mais de 60% da população do Norte vive nessa condição. Essa estatística se reflete dentro das instituições de ensino, onde a ausência de uma alimentação gratuita e adequada compromete diretamente o desempenho e a continuidade dos estudantes dentro dos institutos.

Uma pesquisa realizada em 2023 pelo Centro Acadêmico de Licenciatura em Geografia do IFRO – *Campus* Cacoal apontou que 87 a cada 100 estudantes têm seu desempenho afetado pela falta de comida no campus. Esse dado evidencia a urgência de políticas públicas mais eficazes na área da alimentação escolar, sobretudo para os alunos do ensino técnico e superior, que muitas vezes não são contemplados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou o são de forma insuficiente.

A coordenadora estudantil Liana Ferraz Bedôr Jardim, da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Paulo de Assis Ribeiro, do município de Colorado do Oeste - RO relata:

> "[…] A situação é complexa e multifacetada. Muitos alunos vêm de lares onde a segurança alimentar é uma preocupação constante. As famílias podem lutar para garantir refeições regulares e nutritivas, devido a desafios financeiros ou outras circunstâncias adversas. […]
>
> Garantir que os alunos estejam bem alimentados não é apenas uma questão humanitária, mas também é fundamental para garantir que tenham as condições mínimas para aprender e se desenvolver plenamente."

De acordo com a estudante do IFRO – *Campus* Guajará-Mirim:

> "Atualmente, os estudantes recebem lanche apenas uma a duas vezes por semana e, mesmo nesses dias, a qualidade dos alimentos oferecidos é insatisfatória. Além disso, não há fornecimento de almoço, mesmo com a permanência de muitos alunos no campus durante o horário de almoço. Essa situação compromete diretamente o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes, muitos dos quais não têm outra alternativa de alimentação durante o tempo que passam na instituição."

A alimentação nas instituições vai muito além de um benefício: ela é uma necessidade social, principalmente para estudantes que vêm de contextos de vulnerabilidade. A ausência de refeições adequadas nos *campi* elitiza o acesso ao ensino público federal, que deveria ser sinônimo de inclusão e igualdade. Muitos jovens em vulnerabilidade social, por não terem condições de arcar com sua própria alimentação, abandonam seus cursos ou trocam o estudo pelo trabalho, comprometendo seu futuro e a função social da educação pública.

Além disso, é importante considerar que a má alimentação ou a sua ausência durante o período escolar pode acarretar não apenas em baixo rendimento, mas também em problemas de saúde física e mental, como desnutrição, fadiga, dificuldade de concentração e ansiedade. O impacto é profundo e cumulativo, prejudicando o aprendizado e ampliando desigualdades educacionais já existentes.

Para enfrentar essa realidade, é urgente a formulação de políticas públicas que garantam, de fato, o acesso e a permanência no ensino público, gratuito e de qualidade. Isso inclui a revisão e o reajuste dos repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com correção inflacionária e ampliação para estudantes do ensino técnico e superior, a construção de restaurantes estudantis nos *campi*, a contratação de profissionais qualificados para a gestão dos programas de alimentação e a incorporação da alimentação escolar como eixo central nas políticas de expansão da Rede Federal.

Sem alimentação, não há educação plena. A permanência estudantil exige mais que o acesso à matrícula: exige condições reais de aprendizagem. Alimentar os estudantes é assegurar que a educação pública cumpra seu papel transformador na vida dos jovens e no desenvolvimento do país.

2. Transporte Escolar

A precariedade do transporte estudantil representa um dos principais entraves à permanência e ao êxito escolar dos estudantes do IFRO. A locomoção diária até os campi, sobretudo para discentes oriundos de áreas rurais, distritos e municípios vizinhos, configura-se como um desafio constante, impactando diretamente o direito de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

Esse cenário se agrava no caso de estudantes que residem em cidades próximas, como Candeias do Jamari, localizada a aproximadamente 24,4 km de Porto Velho. Muitos desses estudantes precisam se deslocar diariamente até o campus da capital, frequentemente sem contar com apoio logístico institucional ou qualquer tipo de auxílio financeiro para custear o transporte.

No IFRO – *Campus* Guajará-Mirim, por exemplo, diversos alunos provenientes de municípios vizinhos arcam mensalmente com despesas que variam entre 300 e 400 reais em transporte privado. Trata-se de um valor elevado que compromete seriamente o orçamento familiar e impõe barreiras à permanência desses jovens na instituição.

Além dos custos financeiros, a distância entre os campi e as áreas urbanas aumenta o tempo de deslocamento e contribui para o desgaste físico e emocional dos estudantes, o que, por sua vez, reflete negativamente no rendimento acadêmico, na assiduidade e na qualidade da experiência educacional como um todo.

A ausência de políticas públicas eficazes voltadas para o transporte de estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica amplia as desigualdades sociais e regionais já existentes, comprometendo o princípio da equidade que deve nortear a educação pública brasileira.

Diante disso, torna-se urgente a aprovação do Projeto de Lei nº 3096/2024, que visa incluir as instituições da Rede Federal nos repasses do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). A proposta reconhece que estudantes da educação básica dos Institutos Federais e demais escolas técnicas federais têm direito à mesma assistência oferecida a alunos das redes estaduais e municipais. A inclusão da Rede Federal nesse programa é um passo necessário para garantir que o transporte não seja um fator limitador do acesso e da permanência estudantil.

No entanto, é fundamental que a aprovação do PL 3096/2024 venha acompanhada de garantias orçamentárias e estruturais, assegurando a transferência de recursos de forma contínua e suficiente, com execução pactuada entre União, estados e municípios. Além disso, é necessário que a lei preveja mecanismos de fiscalização, prestação de contas e respeito às realidades locais, de modo a evitar desigualdades entre os diferentes *campi* da Rede.

Sem transporte, não há acesso. Sem acesso, não há permanência. Garantir a mobilidade estudantil é assegurar o pleno exercício do direito à educação e a construção de um futuro mais justo e igualitário.

3. Infraestrutura Institucional e Falta de Recursos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) tem enfrentado, nos últimos anos, uma série de desafios estruturais e operacionais que impactam diretamente a qualidade do ensino, a segurança das instalações e o bem-estar da comunidade acadêmica. A fragilidade observada em diversas unidades reflete um cenário preocupante, agravado pela escassez de recursos e pela lentidão na execução de obras fundamentais para o funcionamento adequado da instituição.

Diversos ambientes pedagógicos e administrativos operam atualmente em condições desfavoráveis. Equipamentos como televisores, projetores e computadores estão danificados ou obsoletos, limitando o uso de metodologias ativas e recursos digitais essenciais ao ensino contemporâneo. A deficiência nos sistemas de climatização, especialmente grave diante do clima da região, compromete o conforto e o rendimento de estudantes, docentes e técnicos administrativos.

A estrutura física de alguns campi demanda atenção urgente. Em Ji-Paraná, por exemplo, um dos prédios destinados aos cursos técnicos de Química e Floresta apresenta rachaduras e afundamento de fundações. Com parte do espaço interditado, alunos passaram a utilizar laboratórios como salas de aula, reduzindo o acesso a ambientes de pesquisa e prejudicando o desenvolvimento

de projetos. A situação tem gerado preocupação entre os estudantes, como expressa no seguinte depoimento:

> "O prédio está afundando lentamente. A direção afirmou que a situação estava sob controle, mas a insegurança permanece. Além disso, com a reforma, os alunos estão usando os blocos de informática como salas de aula, e os computadores da biblioteca não dão conta nem de tarefas básicas. A falta de locais adequados para estudar e se reunir é um grande obstáculo para o nosso aprendizado."

Também são recorrentes as dificuldades relacionadas à acessibilidade. Rampas mal projetadas, elevadores inoperantes e banheiros adaptados interditados restringem o direito de ir e vir de estudantes com deficiência, contrariando os princípios de inclusão assegurados por lei. Situações como essas foram registradas em diferentes unidades, como no campus Zona Norte, onde os sanitários da quadra esportiva estão sem funcionamento adequado, sem ventilação ou itens básicos de higiene, prejudicando especialmente as atividades físicas.

A alimentação escolar é outro ponto sensível. Em Jaru, a ausência de um refeitório obriga os estudantes a se alimentarem em locais improvisados, e a oferta de alimentos é esporádica e insuficiente. Conforme relatado por uma estudante:

> "A cada duas semanas, quando chega, temos acesso a um suco, uma bolacha ou um iogurte. Não temos um refeitório funcionando, e a alimentação é limitada, apesar da importância que isso tem para quem passa o dia inteiro na escola."

Grande parte dessas dificuldades decorre da limitação orçamentária enfrentada pelos Institutos Federais em todo o país. A redução e o atraso nos repasses têm afetado diretamente a capacidade de manutenção das unidades, a execução de obras, a renovação de equipamentos e o custeio básico das atividades acadêmicas. A falta de pessoal, consequência da não reposição de servidores, agrava ainda mais o cenário, sobrecarregando as equipes e comprometendo áreas essenciais como segurança, limpeza, assistência estudantil e suporte técnico.

Como resposta a esse cenário, o IFRO elaborou um catálogo de demandas prioritárias de infraestrutura, com vistas à reestruturação dos espaços físicos e à melhoria das condições de ensino. Entre os investimentos propostos, destacam-se:

- Blocos de Salas de Aula nos campi de Ariquemes, Vilhena e Porto Velho Calama, com valor estimado de R$ 4.900.000,00 cada;

- Bloco Pedagógico e Refeitório no campus Porto Velho Zona Norte, com valores de R$ 4.900.000,00 e R$ 1.700.000,00, respectivamente;

- Quadras Poliesportivas nos campi de Guajará-Mirim, Jaru, Cacoal e São Miguel do Guaporé, cada uma orçada em R$ 5.482.991,49.

Tais projetos são fundamentais não apenas para garantir um ambiente educacional seguro, acessível e eficiente, mas também para assegurar o direito constitucional à educação pública de qualidade.

Diante disso, solicita-se, com urgência e sensibilidade, a alocação de recursos financeiros voltados à infraestrutura, tecnologia, alimentação, acessibilidade e manutenção predial. O fortalecimento dos Institutos Federais, como o IFRO, é essencial para o desenvolvimento científico, social e humano de nossa região e de todo o país.

4. Falta de Apoio à Iniciação Científica e Projetos de Extensão

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representam pilares fundamentais e estratégicos para o desenvolvimento sustentável do Brasil, especialmente em regiões como Rondônia. Nessas instituições, reside o potencial transformador da educação pública, da pesquisa aplicada e da extensão universitária, elementos capazes de gerar conhecimento, inovação e soluções concretas para os desafios locais. Entretanto, os estudantes dos Institutos Federais de Rondônia (IFRO) enfrentam barreiras significativas que comprometem a plena realização dessa missão e limitam o aproveitamento de seus talentos. Tal realidade exige atenção imediata e ações eficazes.

Entre os principais entraves enfrentados está a escassez crônica de bolsas e auxílios estudantis. Muitos discentes, provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis, dependem essencialmente desse apoio para assegurar sua permanência nos cursos e para se dedicarem de forma plena às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A carência de recursos básicos impacta diretamente o cotidiano acadêmico, especialmente no que se refere à alimentação, transporte, moradia e materiais didáticos. É frequente a ocorrência de estudantes que permanecem nos campi sem acesso a refeições adequadas, o que compromete sua saúde e rendimento acadêmico. As dificuldades relacionadas à mobilidade, agravadas pela ausência de auxílios financeiros, dificultam a participação dos discentes em projetos relevantes, comprometendo o desenvolvimento da pesquisa e da extensão. A insuficiência de materiais nos laboratórios, por sua vez, inviabiliza a realização de aulas práticas, prejudica parcerias institucionais e impede a continuidade de projetos importantes.

Essa situação não apenas eleva os índices de evasão, como também impede que inúmeros jovens talentosos expressem plenamente seu potencial. Áreas estratégicas, como

internacionalização, protagonismo social e desenvolvimento local, deixam de ser exploradas, resultando na perda de um valioso capital humano para o estado e para o país.

Além disso, há uma fragilidade estrutural no apoio institucional e uma preocupante descontinuidade administrativa. Projetos relevantes, desenvolvidos com esforço e comprometimento por alunos e professores, enfrentam sérias dificuldades para obter financiamento, infraestrutura adequada e suporte técnico. Em muitos campi, os laboratórios apresentam condições críticas, com equipamentos obsoletos, espaços físicos comprometidos por rachaduras, mofo e até lajes em risco de desabamento, o que compromete não apenas o aprendizado, mas a segurança dos estudantes. Soma-se a isso a carência de espaços adequados para a construção de novos ambientes voltados à formação prática e ao desenvolvimento acadêmico. A burocracia excessiva e a instabilidade das políticas institucionais desestimulam iniciativas e inviabilizam a consolidação de projetos de médio e longo prazo, essenciais para a promoção de impactos concretos.

Outro fator que merece destaque é a invisibilidade atribuída aos projetos desenvolvidos pelos discentes. Ainda que abordem temáticas cruciais para Rondônia e a região amazônica, como tecnologias sustentáveis, desenvolvimento agroindustrial, conservação ambiental, saúde pública e inclusão social, tais iniciativas carecem de mecanismos eficazes de divulgação e reconhecimento, tanto no âmbito institucional quanto perante a sociedade e o setor produtivo. Essa ausência de valorização resulta em desmotivação e na percepção de que os esforços acadêmicos são subestimados.

A falta de reconhecimento formal das conquistas estudantis também representa um obstáculo relevante. São inexistentes os mecanismos simbólicos e institucionais que celebrem o mérito acadêmico, a inovação, o envolvimento com a pesquisa e a atuação em projetos de extensão. Essa lacuna compromete a autoestima dos estudantes, enfraquece o sentimento de pertencimento à instituição e não estimula a busca pela excelência, perpetuando um ciclo de invisibilidade e desvalorização do capital intelectual que os Institutos Federais se dedicam a formar.

Frente a esse cenário, torna-se imperativo implementar medidas estruturantes que fortaleçam, de maneira concreta, o eixo ensino-pesquisa-extensão. É necessário investir na construção de redes colaborativas que integrem os diversos campi do estado, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e o desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras. Da mesma forma, é fundamental ampliar a oferta de bolsas estudantis, especialmente aquelas vinculadas à produção acadêmica e científica, assegurando aos estudantes condições dignas para se dedicarem com qualidade aos projetos desenvolvidos.

No âmbito institucional, é urgente a simplificação dos trâmites administrativos relacionados à execução de projetos, convênios e aquisições, de modo a liberar as gestões locais para focarem no apoio pedagógico e no incentivo à produção discente. A destinação de recursos previsíveis e

contínuos por meio de orçamentos discricionários ou editais específicos também é essencial para garantir a sustentabilidade das ações e a consolidação de uma cultura de inovação.

Adicionalmente, é necessário fomentar a valorização dos projetos estudantis por meio da criação de programas regionais e nacionais de reconhecimento e divulgação. A realização de feiras, exposições temáticas, publicações conjuntas e parcerias com a mídia local pode estreitar os laços entre os Institutos e a sociedade, promovendo uma maior integração com as demandas regionais.

Por fim, é desejável a implementação de programas de mentoria que aproximem alunos veteranos, egressos e calouros, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento do senso de comunidade acadêmica. Iniciativas de intercâmbio, inclusive de curta duração, com instituições nacionais e internacionais, também devem ser estimuladas, com foco no desenvolvimento de competências específicas e na aplicação prática do conhecimento adquirido.

Investir nos estudantes dos Institutos Federais de Rondônia, superando os obstáculos que hoje limitam seu desenvolvimento, não é apenas um imperativo de justiça educacional. Trata-se, acima de tudo, de uma escolha estratégica para o futuro da Amazônia Ocidental. São esses jovens pesquisadores, extensionistas e futuros profissionais que possuem a capacidade de liderar as transformações que Rondônia e o Brasil tanto necessitam. Não podemos continuar a perder talentos valiosos por falta de condições mínimas para seu florescimento. É chegada a hora de romper com a negligência e reconhecer, de forma efetiva, o papel essencial que esses jovens desempenham na construção de um país mais justo, desenvolvido e sustentável.

Com vontade política, articulação interinstitucional e alocação inteligente de recursos, é plenamente possível transformar os desafios em oportunidades concretas de crescimento e inovação, consolidando os Institutos Federais como verdadeiros polos de conhecimento, cidadania e progresso para o estado e para a nação.

Diante de tudo o que foi exposto, reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma educação pública que seja verdadeiramente inclusiva, transformadora e socialmente referenciada. Acreditamos que os Institutos Federais, como o IFRO, devem ser tratados como prioridade estratégica na agenda nacional, recebendo o investimento necessário para cumprir seu papel na promoção da justiça social, do desenvolvimento regional e da soberania científica do país.

Convocamos, assim, o Governo Federal, o Ministério da Educação e todos os entes públicos responsáveis a se somarem a esse esforço coletivo. É preciso romper com a lógica de invisibilidade e subfinanciamento e assegurar, de forma estruturada e permanente, as condições necessárias para que nossos estudantes tenham acesso, permanência e êxito.

A juventude amazônica quer e pode contribuir com um Brasil mais justo, desenvolvido e sustentável. Para isso, precisa ser ouvida, valorizada e apoiada. Contamos com a sensibilidade e o compromisso das autoridades para que nossas vozes se convertam em ações concretas.

Colocamo-nos à disposição para dialogar, contribuir e acompanhar os desdobramentos desta pauta, certos de que somente com participação, escuta e investimento será possível garantir que a educação pública continue sendo um instrumento de transformação e esperança.

AGES-IFRO
Sede: IFRO – Campus Ji-Paraná
R. Rio Amazonas, 151 - Jardim dos Migrantes, Ji-Paraná - RO, 76900-730
E-mail:agesifro@gmail.com

ASSOCIAÇÃO GRÊMISTA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA

Assinaturas de representantes de curso técnico e graduação representando seu respectivo campus:

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARIA RITA SILVA ROCHA
Data: 07/08/2025 18:36:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Ariquemes**

Documento assinado digitalmente
gov.br
EMILIANO TADIOTTO CIELO
Data: 07/08/2025 19:52:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Cacoal**

Documento assinado digitalmente
gov.br
NICOLLAS AGUETONI PEREIRA
Data: 07/08/2025 17:40:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Colorado do Oeste**

Documento assinado digitalmente
gov.br
NICOLE PAULINO DE AQUINO DE SOUZA
Data: 07/08/2025 17:04:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Guajará-Mirim**

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROGERIO JUNIO SALEMA TARAMELLI
Data: 07/08/2025 19:40:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Jaru**

Documento assinado digitalmente
gov.br
RICARDO HENRIQUE RAMALHO DONATO
Data: 07/08/2025 17:15:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Ji-Paraná**

Documento assinado digitalmente
gov.br
EMILY FERMINO DE MACEDO
Data: 07/08/2025 17:58:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Porto-Velho Zona Norte**

Documento assinado digitalmente
gov.br
DEBORA RIPARDO GOMES RODRIGUES
Data: 07/08/2025 21:50:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Porto-Velho Calama**

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA LUISA MARQUES CALDEIRA
Data: 07/08/2025 17:02:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* Vilhena**

Documento assinado digitalmente
gov.br
LUIZA BOARIA ROCHA
Data: 07/08/2025 19:33:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

***Campus* São Miguel do Guaporé**